

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.657.854 - SP (2020/0024852-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : SOCIEDADE TÉCNICA EDUCACIONAL DA LAPA S/A
ADVOGADO : SIMONE ZONARI LETCHACOSKI - PR018445
AGRAVADO : ROSANA DONIZETI MARTINS
ADVOGADO : JOSE KLEBER CAMPOS VERISSIMO - SP364749
INTERES. : SOCIEDADE COMUNITARIA DE EDUCACAO E CULTURA
SCPALMEIRAS
ADVOGADO : TATIANE BORTOLOTTI VINCHE - SP333792

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por SOCIEDADE TÉCNICA EDUCACIONAL DA LAPA S/A, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS TUTELA ANTECIPADA CONCLUSÃO DE CURSO DE PÓS - GRADUAÇÃO PELA AUTORA SEM A EMISSÃO DE DIPLOMA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ALEGAÇÃO DE QUE A AUTORA NUNCA CONCLUIU QUALQUER CURSO EM SEU ESTABELECIMENTO CONJUNTO PROBATÓRIO DESFAVORÁVEL À RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DE SEU ÔNUS DE PROVA (ART 373 II DO CPC) DECISÃO MANTIDA RECURSO IMPROVIDO

Quanto à controvérsia dos autos, foi interposto recurso especial, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alegando violação dos arts. 485, VI, e 373 do CPC, onde se requer a reforma de acórdão proferido em agravo de instrumento que visava a cassação da liminar concedida em favor da parte recorrida.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza

Superior Tribunal de Justiça

precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente